



REFLEXÕES À ESCOLA E À INSTRUÇÃO FORMAL: DESAFIOS (D)E INTERAÇÃO

Gerson Rodrigues da Silva¹

*Todos nós somos educadores
Todos nós somos deseducadores
Estas representações (d)esinteragem no perímetro da Escola, em relação de interdependência, ao longo da história da Humanidade
Gerson Rodrigues da Silva*

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Gerson Rodrigues da Silva (2019): "Reflexões à escola e à instrução formal: desafios (D)e interação", Revista Caribeña de Ciencias Sociales (febrero 2019). En línea

<https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/02/escola-instrucao-formal.html>

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade primordial refletir criticamente sobre a principal função social assumida pelo núcleo de criação definido para o Arranjo Institucional, representado pela Escola ("Pública"), postulado pela intensidade e intencionalidade das relações de interdependência existentes entre esta instância pública, vinculado às suas atribuições consignadas ao processo educativo, qual seja, a da instrução formal, relativamente no âmbito da chamada educação básica. Em seu arcabouço de ações estratégicas, no considerado cotidiano pedagógico, está referenciada pelo conhecimento sistematizado produzido socialmente, com interface à importantes desafios que, na linha do tempo histórico, são estabelecidos concretamente nos tempos pretérito e futuro.

Palavras-chave: Educação; Educação e Direitos Humanos; Escola e Instrução Formal.

ABSTRACT

This article aims to reflect critically about the main social function assumed by the core of creation set to the Institutional Arrangement represented by the School (specially public school), required by the intensity and intentionality of the relations of interdependence between this public instance, attached to its assignments in the educational process (formal instruction), relatively under the so-called basic education. On its structure of strategic actions on the pedagogical daily life, it is been referenced by its systematized knowledge socially produced with interface to important challenges that, on the historical timeline, are established specifically on the past and in the future.

Key words: Education; Education and Human Rights; School and Formal Education.

¹ Professor Adjunto III, lotado na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá. Mestre em Economia Aplicada (UFV). E-mail: grsilva913@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Como ponto de partida e de chegada, assumo que em qualquer organização social estabelecida, nunca existe apenas uma solução possível para as suas crises, independente do regime político e das políticas sociais que estiver em vigência. Adotando como referência orientadora, para o presente artigo, as postulações dicotômicas do convívio social (Família-Escola), é pacífico afirmar que, na história da Humanidade, a Escola faz parte da epiderme e do coração da sociedade, onde se destacam a importante presença da figura do Educador ou Guia, porém, observa-se também que muitas vezes ele está “preenhamente” incorporado pela dispensável e desimportante figura do deseducador.

A representação substantiva do primeiro se contrasta, de forma preocupante, com a singular presença do segundo! Por decorrência, o futuro para a comunidade escolar é sempre uma verdadeira interrogação, isto é, sem prognóstico preciso em detrimento da própria dinâmica da ação humana, manifestado muitas vezes, entre outros, pelo seguinte termo popular: “o futuro a Deus pertence”, em proposição creditada ao amparo religioso; ou, subordinada à determinada racionalidade, independente de formulação com origem no conhecimento sistematizado, produzido pela ciência.

CORTELLA (2016, p.13) apresenta que cinco competências (como correspondência conceitual), consideradas cruciais ou essenciais que devem estar rigorosamente na relação de sintonia entre o Professor e o Aluno, quais sejam:

Humildade, Sinceridade, Integridade, Pluralidade e Solidariedade. **Humildade** para saber que somos qualificantes, em vez de já qualificados; **Sinceridade** para impedir ilusionismos que inundam as promessas de um mercado que não é sempre acolhedor; **Integridade** para recusar a ideia maléfica do ‘fazemos qualquer negócio’; **Pluralidade** para favorecer o convívio com as diferenças e o acolhimento das diversidades; **Solidariedade** para não abandonarmos a máxima da vida cooperativa: E pluribus unum (Um por todos; Todos por um) (grifos do autor).

Em verdade, a Escola é uma importante instância Institucional e estratégica especialmente criada pela sociedade, com particularidades singulares, a saber: dinâmica e paradigmática em sua prática educativa; de reconhecida grandeza; facilitadora de acesso ao conhecimento sistematizado (que se torna “descoberta” para o aluno da Educação Básica; etc.) A prática pedagógica, delegada institucionalmente ao Educador, inicialmente deve estar alicerçada no jeito de ser e de ver o mundo do trabalhador Artesão (em particular processo de criação e de inovação, dado a luta estratégica de sobrevivência), figura típica das sociedades pré-industriais, porém, ainda hoje é possível ter reconhecimento da sua metodologia de trabalho, pela importância, na lida do dia a dia pedagógico.

Na eminência da ação pedagógica é necessário conjugar alguns verbos, conforme a compreensão de seus significados esteja relacionada aos sentimentos de inspiração ou de transpiração: criar; descobrir; compartilhar; transformar. São conjugados sistematicamente pela Escola para atuar num cenário composto por apenas quatro letras: VIDA.

Um estabelecimento escolar é um ponto de referência entre diferentes gerações de indivíduos, articulada permanentemente para oferecer oportunidades (forma e intensidade) a todos e também frustrações (pela condição de usufruto) para alguns. Assim, por decorrência, no ambiente escolar, o conhecimento tem provocado sentimentos diametralmente opostos, em tempestades de emoções e de razões.

A crise eclode no estabelecimento escolar. A crise escolar, enquanto fruto de reconhecidas fragilidades de ideias e de melhor ação estratégica, com origem na ação humana, sem vítima fatal, sempre permite oportunidades para ser revertida. Nesse caso, tudo depende do **Nós** (isto é, a sociedade representada pela Escola e pela Família), que entre os “*nós*” que atam, procuram encontrar caminhos para a sobrevivência do processo educativo.

Porém, o Sistema Educativo existe e resiste às dinâmicas de crises, produzidas de forma endógena ou exógena, cuja identidade pode ser identificada ao longo da história da humanidade. O grande vetor de transformações dos paradigmas da comunidade escolar são as ideias inovadoras ou aquelas que superam paradigmas falhos, em suas estruturas e decorrentes relações entre professores e alunos.

Não há a mínima restrição, para uma sociedade desigual, que a pior crise com origem no estabelecimento escolar encontra-se relacionada ao seu impacto direto à justiça social. A Escola, enquanto objeto destas reflexões, é um desafio inspirador por tudo que acontece em seu núcleo formador, por ser sua criação, inicialmente, simplesmente humana, para uma trajetória pela vida na Humanidade.

É bem verdade que a tradição e a inovação são atributos produzidos no seio da sociedade, com vertentes objetivas e subjetivas, em processo de atribuição de valores, posto que complementares no processo ensino-aprendizagem, materializada no cotidiano pedagógico, sob formação e orientação do Educador. LIPMAN (1990, p.5), refletindo sobre os diferentes referenciais do mundo, a partir do cotidiano pedagógico, se manifesta sobre o novo e o antigo de maneira a prescrever velhos problemas e novos desafios, pois, entende que “a Escola deve considerar sempre as diferentes formas de linguagem (escrita, sonora, dramática, cinematográfica, corporal, etc.), sempre na perspectiva do mundo ou para além das fronteiras da Escola. Assim, o mundo (enquanto conhecimento produzido socialmente) que é mostrado para o aluno (criança-adolescente), no cotidiano escolar, passa sempre pelo Educador, que compartilha a “propriedade intelectual ou conhecimento” sistematizado, referendados por determinado Projetos Político Pedagógicos em vigência.

Se considerado os tempo presente e futuro, a pergunta a realizar é: como sobreviver dignamente interagindo com o que tem sido produzido socialmente no mundo “sem fronteira”, sem a participação efetiva e pertinente da Escola? Entre as possibilidades de resposta, o caminho da exclusão é a única certeza. Na expressão de CARNEIRO (1984, p.30) “para quem vive à margem da História, o tempo é igual a si mesmo”. Portanto, a afirmação para o “excluído” (entre eles os sem Escola) é verdadeira, que se materializa como um autêntico ato de violência social, pois, os nossos conhecimentos empíricos nos tempos presente e futuro são

insuficientes como estratégia de sobrevivência, para todas as necessidades humanas, e notadamente, para o mundo do trabalho.

2. A EDUCAÇÃO NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

Tomando a “educação” como uma questão humana, ZIZEK (2014, p.13) ao tratar da violência, referindo à determinada reflexão atribuída à Platão se manifesta pelos seguintes termos: “a educação deve ser conduzida não pela coação, mas pelo prazer”. A essa dicotomia se desdobra outra no Sistema Educativo, desta feita de matriz conceitual, entre a apreensão rigorosa de “conceitos” em detrimento do desenvolvimento de “habilidades cognitivas ou de raciocínio” na formação qualificada de sujeitos, livres e autônomos. Isto posto, é possível afirmar que a existência de crises na sociedade com ocorrência “sem imunidades” ou com impactos diretos para o Sistema Educativo, por exemplo, tem gerado grandes e profundas repercussões, identificadas nestas reflexões por crise humanitária.

É legítimo afirmar, conforme defende CORTELLA (2016, p.35) que “A construção de sociedade é fruto da construção humana”. Por fundamentos plenamente reconhecidos o conhecimento tem como principal matriz a *descoberta*, cuja raiz brota como curiosidade, o que nos remete ao seu entendimento como uma nova forma de olhar para o *relativismo* do mundo, que é representado não só pela abrangência geográfica, mas social (que se traduz pelo convívio de seres da mesma espécie), política (quando se forma os primeiros agregados humanos) e culturais, referendados pelo modo de pensar, agir, fazer, etc.

Portanto, a compreensão da existência do mundo em que vivemos não é só biológica, pois somos do mesmo Reino dos outros animais, porém, o que nos diferencia é a Espécie em que estamos classificados pela Taxinomia, ou seja, *Homo Sapiens*. Prescindindo do chamado período Geológico, a história do mundo construída pela Humanidade tem como ponto de partida e de chegada o Ser Humano pensante, isto é, reflexivo, enquanto proposição atribuída a Aristóteles (384-322 a.C.), a “Escola” se apresenta como instância de fundamental importância por desenvolver ações estratégicas na relação ensino-aprendizagem, com abrangência maior do que aquele adotado pelos indivíduos de forma particular.

O conhecimento sistematizado, enquanto referencial teórico, quando apropriado como cultura, desconhece fronteiras de nacionalidades dos povos que habitam o planeta terra, em sua formação elíptica. Segundo a UNESCO, o chamado “processo civilizatório” que se traduz pela cultura já produziu mais de um milhão de palavras (código de comunicação de uma cultura que, ao interagir com outras culturas, o faz na forma escrita ou verbal), ou seja, utilizadas em processo de comunicação entre os povos, além de serem transmitidas via formação escolar, que formalmente começa na pré-escola e vai até o pós-doutoramento.

Como referência histórica da educação, cabe uma pergunta: o que tem a Escola, na sociedade moderna, do Sistema Educativo original: a sua genética ou com o mesmo *segmento* do DNA. Entende-se que a Educação Formal representa uma das partes mais significantes do processo de construção da sociedade, isto é, dos agrupamentos humanos em torno do

conhecimento sistematizado, iniciativa que tem por objetivo preservar e conservar as melhores estratégias produzidas na luta pela sobrevivência.

Em seu papel social, a Escola que alimenta e nutre o despertar da criança/adolescente para o mundo, em perspectiva futura, é a mesma que se organiza sistematicamente para oferecer um olhar mais abrangente e profundo em detrimento daquela solitária subjetividade dos indivíduos produzida, muitas vezes, sem conhecer a importância do *relativismo*.

Em perspectiva crítica ao “sistema educacional contemporâneo”, LIPMAN (1990, p.33) faz, de forma bastante ácida, generalizações ou agravantes, através de alguns senões:

(...) Se examinarmos o sistema educacional encontramos fraquezas e imperfeições; Se lamentamos nossos líderes e eleitores, por serem, respectivamente, egoístas e não esclarecidos, devemos olhar para nossas ações;
Se protestamos, como um fator atenuante, que eles são também produtos dos fares e famílias, devemos lembrar que os pais e avós dessas famílias são igualmente produtos do mesmíssimo processo de educação.

Finaliza a análise apontando para a necessidade de uma reflexão mais qualificada e cuidadosa, acreditando que: *“Como educadores, temos uma enorme responsabilidade pela irracionalidade da população mundial”*.

3. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Por convicção, a Educação, enquanto processo educativo, tem e deve manter como estratégia de sobrevivência, relações viscerais com os Direitos Humanos. Em sua base existencial, o ser humano não é apenas fruto da criação genética, pois, respira, inspira, se relaciona e tem criatividade, que demarcam diferentes origens objetivas e subjetivas. As diferentes concepções de mundo são proporcionadas por conhecimentos empíricos e por conhecimentos sistematizados, hegemônicos por representar o poder coletivo em detrimento do poder individual.

No plano mais amplo da sociedade, é prevacente a ideia de que o conhecimento produzido socialmente nas diferentes culturas humana tem cunho eminente universal. O conhecimento pode ser de domínio universal, porém, a Escola tem limites de abrangência, por seus próprios limites, a exemplo das Diretrizes nacionais de Educação, delimitando conteúdo aos diversos níveis escolares. Seguir “à risca”, na perspectiva da racionalidade educativa ou sem flexibilidade intelectual ou cognitiva às possibilidades de criatividade, a relação ensino-aprendizagem, acredito, fica sempre prejudicada (pelo elo mais fraco da relação aluno-Escola).

Considerando o Ser humano um “ser cultural” não por sua natureza, mas pela evidente vida social e histórica, ou por expressão de CORTELLA (2016, p.40) porque “Nós somos humanos igualmente” porque somos fruto de um “produto cultural”. Em defesa de seus argumentos cita PINTO (1979, p.122) que entende ser:

a cultura é, por conseguinte, coetânea do processo de hominização, não tem data de nascimento definida nem forma distintiva inicial. A criação da cultura e a criação do homem são na verdade duas faces de um só e mesmo processo, que passa de principalmente orgânico

na primeira fase a principalmente social na segunda, sem, contudo, em qualquer momento deixarem de estar presentes os dois aspectos e de se condicionarem reciprocamente. A realização biológica do ser em curso de hominização determinada as possibilidades de criação cultural que lhe são dadas em tal fase, mas estas, ao se realizarem, contribuem para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das qualidades orgânicas, até o momento em que impelem o animal a transformar o modo de existência tornando-o um ser produtor, a princípio inconsciente e depois consciente, de si mesmo.

É recorrente que a Escola, em suas múltiplas e complexas formas ou em diferentes linguagens, não está inserida no rol de um espaço apenas linguístico, onde relações acontecem em nome da Sociedade, mas se posiciona revelando a dimensão das possibilidades de inclusão (no sentido mais amplo do termo reciprocidade), promovida no território escolar, em ações estratégicas que envolve desde a compreensão, pelo simples acolhimento fraterno, até o ato de compartilhar concretamente sonhos e realidades.

Em mensagem de Audrey Azoulay, diretora-geral da UNESCO, em data (21 de fevereiro) comemorativa ao Dia Internacional da Língua Materna, a diretora inicialmente lembrou a missão da importante Organização supranacional que é o “compromisso com a defesa e a promoção das línguas.” Uma síntese do agregado de paradigmas assumidos pela UNESCO é apresentada pelos seguintes termos, tendo em vista os Estados-membros em suas estratégias possam refletir melhor através de “ampla gama de iniciativas educacionais e culturais para preservar a riqueza vida do nosso mundo”:

Uma língua é muito mais do que um meio de comunicação; é a própria condição da nossa humanidade. Nossos valores, nossas crenças e a nossa identidade estão incorporadas nela. É por meio da língua que nós transmitimos nossas experiências, nossas tradições e o nosso conhecimento. A diversidade das línguas reflete a riqueza incontestável da nossa imaginação e dos nossos modos de vida. Como preocupação extrema destacou (...) A cada duas semanas, desaparece uma das línguas que existem no mundo, e com ela se vai parte da nossa história humana e do nosso patrimônio cultural. A promoção do multilinguismo também auxilia a impedir essa extinção programada.

4. A DIMENSÃO HUMANA NA ESCOLA

Sobre a condição humana ARENDT (2010, p.9-11) afirma que “*A condição humana compreende mais que as condições sob as quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados porque tudo aquilo que com eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência*”.

Por seu lado, a principal reciprocidade que o Sistema Educativo pode oferecer à dimensão humana na Escola é estar sempre presente na realidade social que a constrói, através do protagonismo de seus alunos, nos três tempos verbais. Em tese o conhecimento apropriado na Escola é para a vida inteira, porém, é necessário que na trajetória da vida haja sempre revitalização da grandeza do aprendizado, pois, não há dúvida de que a vida sempre terá uma dimensão de abrangência maior do que a própria Escola.

Entre os argumentos orientadores da dimensão humana no Sistema Educativo nos remete para uma das Tipologias da relação Professor-Aluno em processo de Ensino-Aprendizagem, cujos resultados, apontados pelos diferentes instrumentos de avaliação, que ainda falta preencher todas as propostas assinadas em rol de metas e estratégias pedagógicas, incluindo nesse processo, as mais variadas técnicas.

FREIRE (2013), preocupado com os “saberes necessários à prática educativa” aponta vários quesitos, como “conteúdos obrigatórios” que o Professor em atuação no processo de ensino-aprendizagem deve dominar antes de entrar em sala de aula, sendo, portanto, todos os conteúdos obrigatórios vinculados à competências e à habilidades pedagógicas, identificadas por “ensinar exige...; ensinar não é...; ensinar é...”, subordinados à integralidade da condição humana do Professor e de seus alunos, que se cristalizam na dinâmica do tempo como prática pedagógica.

Nos termos de ARENDT (2010, p.9) o ser humano é plural em substância e essência, pelos termos seguintes: “(...) *A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive e viverá*”.

Relativizando o papel do Professor-Educador na sociedade em que o aparato tecnológico assume um novo paradigma, principalmente em processo de acesso à informação, a comunicação oral e interativa proporcionada pelo profissional da educação ainda merece destaque como estratégia educativa.

Na relação entre os agentes sociais protagonistas no processo educativo, ARENDT (201, p.2) reforça a ideia de interdependência entre as partes ao afirmar que:

(...) o impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante. (...) Por isso os homens, independente do que façam, são sempre seres condicionados. Tudo o que adentra o mundo humano por si próprio, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana”.

É sabido também por proposituras que, com os problemas estruturais das economias dos países subdesenvolvidos, por questões orçamentárias e decisão política, o sistema educativo, como o elo mais fraco politicamente da corrente que sustenta o *status quo* do poder decisório, tem sido historicamente penalizado de maneira sistemática, diante dos papéis agregados que lhe tem sido impostos sem a devida contrapartida de Políticas Públicas necessárias para que o seu funcionamento obtenha resultados pedagógicos esperados por suas metas estratégicas.

Interpelando o tema Humanidade, CORTELLA (2016, p.55) afirma que:

Toda educadora e todo educador tem uma interpretação sobre o conhecimento: o que é, de onde vem e como chegar até ele. Ora, essa interpretação nem sempre é consciente e reflexiva e, no mais das vezes, é adotada sem uma percepção muito clara de suas fontes e consequências. No entanto, como o cerne e a finalidade última dos processos educativos em geral é o conhecimento) formativo e informativo), as concepções pedagógicas de cada um e de cada uma

de nós estão em uma estreita conexão com a 'teoria sobre o conhecimento' que, individual ou coletivamente, assumimos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais, em seu ponto de partida, se expressam adotando como referência DEMO (2005, p.10), preocupado com "A crítica a que tudo destrói, sobretudo se autodestrói. Viver a relatividade da vida sem relativismo é hoje um dos desafios éticos mais contundentes e urgentes, em particular para práticas democráticas", principalmente no tocante ao processo educativo.

O desafio maior a ser enfrentado pela Escola encontra-se em torna parceiros pedagógicos que se interagem no ambiente do cotidiano escolar, a saber, o antigo (presente enquanto consolidado por determinada tradição) e novo (ainda em formatação, visando alcançar outro paradigma) que se entrecrocaram na sociedade, a partir das relações entre as subjetividades em formação e as objetividades a se consolidar. Está implícito de que nossos olhares devem recair necessariamente aos responsáveis por tomadas de decisões, seja com origem na idiosincrasia da Família ou do plano da Sociedade, conforme está explícita na Carta Magna brasileira, homologada em 1988.

A Escola é um espaço geográfico, por sua criação, endógeno à sociedade, o que reflete sua função social que é a de ser parte do processo de desenvolvimento endógeno dessa mesma sociedade, atuando em conformidade com Parâmetros Nacionais Curriculares referendados social e politicamente, mediante Política Pública de suas ações e estratégias.

A diferença entre os resultados alcançados pelas Escolas espalhadas pelo mundo, em que são alcançadas pelas avaliações sistematizadas, não se encontra apenas nas capacidades e habilidades dos Professores, mas envolve outros importantes aspectos a considerar o padrão cultural familiar; os acompanhamentos personalizados recebidos pelos alunos; a infraestrutura educacional existente e disponível, etc. E sua Gestão Escolar; os Projetos Políticos Pedagógicos e sua execução, em eu haja um comprometimento recíproco das partes envolvidas, seja a Escola (Arranjo Institucional, representando a Sociedade), a Família e o alunado em formação, todos com suas respectivas responsabilidades, seja social, cultural, política.

Torna-se recorrente, diante de todas as complexas interpretações vinculadas à importantes interrogações que se realize em torno da Escola, perceber que o Sistema Educativo, representativo de anseios sociais, políticos, culturais, econômicos, éticos sempre estejam presentes na base da "sociedade" humana, enquanto fundamento que nos ajudam a compreender e comprometer com a sua própria condição de criação e de existência.

É possível afirmar que, superando seus desafios ao criar requeridas condições de transformações endógenas à criança ou adolescente, a Escola estará realizando em plenitude o seu verdadeiro papel social. O requerido e almejado "sucesso", traduzido em termos de abrangência subjetiva e objetiva, promovido pela Escola não está nem estará apenas nas "mãos" do Professor ou Professora (Profissionais da Hermenêutica, com formação em Curso de Licenciatura, contratado especificadamente através de Editais Públicos para desenvolver

atividades pedagógicas em Escola Pública), embora se reconheça, por sua importância, a premissa de que se deve fazer o que deve ser feito de maneira diferente, para se alcançar, com consciente cumplicidade, necessariamente os melhores resultados.

A Escola está muito bem representada em seu núcleo gerador pela Arte e pela Poesia, presentes em sua essência e efervescência, que, por experiência própria, foi observado no “chão da sala de aula” o brilhar dos olhos das crianças/adolescentes quando um Professor manifestou positivamente sobre seus sonhos referenciados pelos conhecimentos pretéritos e transformados em sombrio horizonte. As ditas palavras de incentivos à dedicação escolar desenvolvendo potenciais cognitivos tornaram-se significante para a parcela do alunado em vida escolar plenamente ativa, entendendo ser a Escola um necessário caminho a ser percorrido. Portanto, o que motivou estas reflexões foi a Escola que ainda transpira e inspira a sociedade. Em perspectiva otimista, que assim seja “onisciente”... para o sempre!

Estas reflexões apontam para uma certeza do artigo, qual seja, a de que ele não esgota o debate sobre a relação Educação e Instrução Formal. Há outros prismas de entendimentos, inclusive, aquele manifestado pelo professor Pierluigi Piazzì em seu livro “Aprendendo Inteligência”, que sustenta, como provocação, o seguinte: “Ninguém ensina ninguém. Nós aprendemos sozinhos”, isto é, apreender (pelo ato de ensinar e apropriar) o conhecimento produzido socialmente depende de nossas subjetividades, ao interagir e contemplar com os próprios olhos, o mundo. Assim, no tocante à educação, estas reflexões apontam no sentido de que ainda há muitos e importantes desafios a considerar.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. A condição humana. Tradução: Roberto Raposo. 11ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010.

CARVALHO, Edgard de Assis; ALMEIDA, Maria da Conceição de; COELHO, Nelly Novaes; FIEDLER-FERRARA, Nelson; MORIN, Edgar. Ética, Solidariedade e Complexidade. São Paulo, Palas Athena, 1998.

CECCON, Claudius; DARCY, Miguel; DARCY, Rosiska. A Vida na Escola e a Escola na Vida. Petrópolis, RJ; Vozes, 1993.

CORTELLA, Mário Sérgio. A Escola e o Conhecimento. Fundamentos epistemológicos e políticos. 15ª edição, São Paulo, Cortez Editora, 2016.

DEMO, Pedro. Éticas Multiculturais. Sobre convivência humana possível. Petrópolis, Editora Vozes, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 45ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2013.

GOVERNO FEDERAL. BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

HARARI, Yuval Noah. Sapiens. Uma breve história da humanidade. Tradução de Janaína Marcoantonio. 33ª edição, Porto Alegre, RS: L & P, 2018.

LIPMAN, Matthew. A Filosofia vai à Escola. Tradução de Maria Elice Brzezinski Prestes e Lúcia Maria Silva Kremer. 3ª edição, São Paulo, Summus, 1990. – (Novas buscas em educação; v. 39)

MÁXIMO, Antonio Carlos. Os Intelectuais e a Educação das Massas: o retrato de uma polêmica. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção Polêmica do Nosso Tempo, 76).

MOSÉ, Viviane. “O que a Escola deveria aprender antes de ensinar?”. https://www.youtube.com/watch?v=EiqUj_d5n80. Acesso em 12.12.18

Piazzzi, Pierluigi. Aprendendo Inteligência: Manual de Instruções do Cérebro para Estudantes em Geral. São Paulo, Saraiva, 2014.

RIBEIRO, Darcy. “Sobre o Óbvio”. Revista Encontros com a Civilização Brasileira, nº 1, 1977. Pág. 7 a 21.

SCHUMPETER, Joseph. A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de maria Sílvia Possas. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os economistas)

ZIZEK, Slavoj. Violência: seis reflexões laterais. Tradução de Miguel Serras Pereira. 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2014.

http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/unesco_message_for_the_international_mother_language_day-3/ Acesso em: 25.02.19